

TUDO SOBRE POSTO DE COMBUSTÍVEL

Tributação, Gestão e Regimes
Fiscais no Setor de Combustíveis em SP



LAUDO ANTONIO DIAS VILELA

VILELA & CESARIO CONTADORES ASSOCIADOS

E-BOOK - POSTO DE COMBUSTÍVEL

TRIBUTAÇÃO, GESTÃO E REGIMES FISCAIS NO SETOR DE COMBUSTÍVEIS EM SP

Autor: Laudo Antonio Dias Vilela

Contador | Consultor Empresarial | Escritor

@laudovilela | Vilela & Cesario Contadores Associados

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. APRESENTAÇÃO DO AUTOR E PROPÓSITO DO E-BOOK

CAPÍTULO 2. PANORAMA DO SETOR DE COMBUSTÍVEIS NO BRASIL E EM SÃO PAULO

CAPÍTULO 3. ESTRUTURA OPERACIONAL E CONTÁBIL DE UM POSTO DE COMBUSTÍVEL

CAPÍTULO 4. TRIBUTAÇÃO SOBRE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E DERIVADOS

CAPÍTULO 5. TRIBUTAÇÃO SOBRE FILTROS, LAVAGEM, TROCA DE ÓLEO E CONVENIÊNCIA

CAPÍTULO 6. SIMPLES NACIONAL — ENQUADRAMENTO, CÁLCULOS E LIMITAÇÕES LEGAIS

CAPÍTULO 7. LUCRO PRESUMIDO — ESTRUTURA DE APURAÇÃO E PARTICULARIDADES SETORIAIS

CAPÍTULO 8. LUCRO REAL — APURAÇÃO COMPLETA E CONTROLE DE CUSTOS

CAPÍTULO 9. LUCRO REAL ESTIMADO — ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PREVENTIVO

CAPÍTULO 10. ICMS E SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA — ASPECTOS TÉCNICOS EM SP

CAPÍTULO 11. PIS/COFINS MONOFÁSICO — IMPACTOS SOBRE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

CAPÍTULO 12. CONTROLE DE ESTOQUE, SPED FISCAL E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

CAPÍTULO 13. TABELAS COMPARATIVAS DOS REGIMES TRIBUTÁRIOS — CASOS PRÁTICOS E SIMULAÇÕES

CAPÍTULO 14. POR QUE ALGUNS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS FECHAM E OUTROS PROSPERAM — A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO 15. CONCLUSÃO — BOAS PRÁTICAS, SUSTENTABILIDADE E COMPLIANCE

CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DO AUTOR E PROPÓSITO DO E-BOOK

Sou Laudo Antonio Dias Vilela, contador, empresário, consultor e estudioso apaixonado pelo universo da gestão e da contabilidade aplicada. Com uma trajetória marcada pela atuação direta em empresas de diversos segmentos, especialmente no setor de combustíveis, dediquei minha carreira a compreender profundamente os desafios tributários, operacionais e estratégicos que impactam os empresários brasileiros.

Ao longo de mais de duas décadas à frente da Vilela & Cesario Contadores Associados, conquistei uma visão prática e técnica sobre o funcionamento dos postos de combustíveis, um dos setores mais complexos e fiscalizados do país. Nesse ambiente, cada decisão tributária, contábil ou gerencial pode significar a diferença entre o crescimento sustentável e a perda de competitividade.

Este e-book foi desenvolvido para oferecer uma visão completa, clara e aprofundada sobre todos os aspectos que envolvem a operação de um posto de combustíveis: da estrutura administrativa à tributação, da formação de preços à apuração de impostos, das obrigações acessórias ao compliance fiscal. Trata-se de um material de apoio técnico tanto para empresários quanto para contadores, gestores e profissionais que buscam excelência no setor.

A proposta é unir conhecimento técnico, exemplos práticos e ferramentas comparativas que auxiliem o leitor a tomar decisões mais assertivas, sempre com foco na rentabilidade, na conformidade legal e na sustentabilidade do negócio. Cada capítulo foi pensado para entregar valor real, com explicações objetivas, tabelas comparativas e simulações que refletem a realidade do mercado.

Com este trabalho, reafirmo meu compromisso com a educação contábil e empresarial. Acredito que a informação técnica de qualidade é o primeiro passo para fortalecer empresas, preservar empregos e gerar prosperidade.

Boa leitura e sucesso!

OBJETIVOS DESTE E-BOOK

- Apresentar uma visão completa e técnica da tributação do setor de combustíveis.
- Demonstrar, por meio de tabelas comparativas, os impactos fiscais entre regimes tributários.
- Destacar a importância do planejamento contábil e da gestão estratégica.
- Explicar as principais obrigações acessórias e controles fiscais exigidos pela ANP e SEFAZ-SP.
- Oferecer uma leitura técnica, moderna e aplicável, que ajude o empresário a decidir com segurança e reduzir riscos fiscais.

CAPÍTULO 2 — PANORAMA DO SETOR DE COMBUSTÍVEIS NO BRASIL E EM SÃO PAULO

ESTRUTURA REGULATÓRIA E TRIBUTÁRIA NACIONAL

O setor de combustíveis é um dos mais regulados e fiscalizados do país, dada sua relevância econômica, impacto ambiental e papel estratégico na arrecadação tributária. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) é o órgão responsável pela normatização e fiscalização das atividades de produção, importação, distribuição e revenda de combustíveis, devendo garantir a qualidade, segurança e transparência das operações.

No âmbito tributário federal, incidem sobre as operações o PIS/PASEP e a COFINS, em regime monofásico, e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). Esses tributos têm sua incidência concentrada nas refinarias e importadores, desonerando as etapas subsequentes da cadeia de revenda. Tal estrutura requer controle contábil detalhado, uma vez que erros na classificação fiscal ou na emissão de notas podem comprometer a apuração dos créditos e o enquadramento tributário.

CENÁRIO PAULISTA E CONTROLE FISCAL

O Estado de São Paulo concentra o maior número de postos revendedores do Brasil e possui um dos sistemas de controle fiscal mais rigorosos. A Secretaria da Fazenda e Planejamento (SEFAZ-SP) utiliza ferramentas como o SPED Fiscal, NF-e e EFD-Contribuições para monitorar, em tempo real, todas as movimentações de compra e venda de combustíveis. O principal tributo estadual incidente é o ICMS, cuja sistemática de recolhimento se dá, majoritariamente, por substituição tributária (ICMS-ST).

O cálculo do ICMS-ST baseia-se no Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF), atualizado periodicamente. Além disso, São Paulo adota o adicional do FECP (Fundo de Combate à Pobreza), elevando a carga tributária efetiva em 2%. A contabilidade deve garantir que as entradas e saídas sejam corretamente escrituradas, evitando divergências entre os documentos fiscais, os registros de estoque e as obrigações acessórias enviadas eletronicamente à SEFAZ-SP.

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS E CRUZAMENTO DE DADOS

As obrigações acessórias são instrumentos de controle fiscal e demandam elevado grau de precisão técnica. Entre as principais exigências estão o SPED Fiscal (EFD-ICMS/IPI), EFD-Contribuições, SINTEGRA e GIA. A correta escrituração dessas obrigações é fundamental para evitar

autuações e multas, uma vez que os órgãos fazendários realizam cruzamentos constantes entre as informações declaradas e as notas fiscais eletrônicas emitidas.

Erros na codificação fiscal, CFOP ou CST podem impactar diretamente a apuração de tributos, ocasionando recolhimentos a maior ou a menor. Por isso, é essencial que o contador adote uma postura proativa de auditoria interna e controle de consistência de dados, garantindo conformidade e rastreabilidade total das operações.

PERSPECTIVAS COM A REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária em tramitação prevê a substituição de diversos tributos (ICMS, PIS, COFINS e ISS) pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). No caso do setor de combustíveis, é esperada a manutenção de um tratamento monofásico, com recolhimento concentrado nas refinarias e distribuidoras, simplificando a apuração e reduzindo a cumulatividade. Contudo, o período de transição demandará ajustes nos sistemas contábeis e tributários.

O profissional contábil deverá assumir papel estratégico na adaptação das empresas, avaliando impactos financeiros, revisando cadastros fiscais e atualizando os controles internos. A contabilidade passa, assim, a ser não apenas uma ferramenta de conformidade, mas um instrumento essencial de governança, gestão de riscos e planejamento tributário preventivo.

CAPÍTULO 3 — ESTRUTURA OPERACIONAL E CONTÁBIL DE UM POSTO DE COMBUSTÍVEL

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E CONTÁBIL

A estrutura administrativa e contábil de um posto de combustíveis deve ser projetada para integrar operações, finanças e controles fiscais. Os principais departamentos incluem: gestão de pista (abastecimento), loja de conveniência, serviços automotivos e setor administrativo-contábil. Cada área deve ter procedimentos padronizados para garantir a rastreabilidade de receitas, custos e estoques.

A contabilidade precisa refletir fielmente todas as movimentações, com lançamentos segregados por centro de custo. É recomendável o uso de sistemas ERP integrados, que conectem o PDV, o controle de estoque e a escrituração fiscal. Essa integração facilita o cumprimento das obrigações acessórias e reduz riscos de inconsistências fiscais e contábeis.

DEPARTAMENTOS OPERACIONAIS E FUNÇÕES

DEPARTAMENTO	FUNÇÃO PRINCIPAL
Abastecimento (Pista)	Controle de bombas, medição de tanques e atendimento ao cliente.
Loja de Conveniência	Vendas de produtos e controle de margens comerciais.
Serviços Automotivos	Lavagem, troca de óleo e manutenção leve.
Administração	Gestão financeira, folha de pagamento e controle contábil.

FLUXO CONTÁBIL E CONTROLE DE DOCUMENTOS

O fluxo contábil deve abranger desde o registro da nota fiscal de entrada até a emissão das notas de venda e prestação de serviços. É essencial manter o controle diário de caixa, conciliando recebimentos em espécie, cartões e PIX. Toda movimentação deve ser registrada no sistema contábil, assegurando consistência entre a escrituração fiscal e os extratos bancários.

Abaixo, um comparativo técnico entre os principais documentos e suas responsabilidades de controle:

sim	RESPONSÁVEL DIRETO	FREQUÊNCIA DE CONTROLE
Notas Fiscais de Compra	Setor Administrativo / Contabilidade	Diária
Notas Fiscais de Venda (NF-e)	PDV / Sistema Fiscal	Diária
Boletim de Medição de Tanques	Gestão de Pista	Diária
Relatório de Vendas por Bomba	Gestor de Operações	Diária
Extrato Bancário / Conciliação	Financeiro / Contabilidade	Semanal

INDICADORES CONTÁBEIS E OPERACIONAIS

Os indicadores contábeis e operacionais são fundamentais para medir o desempenho do posto. A seguir, uma tabela comparativa entre métricas operacionais e seus impactos contábeis.

INDICADOR	OBJETIVO	IMPACTO CONTÁBIL
Margem Bruta de Combustíveis	Mensurar rentabilidade por produto.	Afeta diretamente o DRE e o cálculo do Lucro Presumido.
Perdas Volumétricas (%)	Controlar variações e desvios de estoque.	Requer registro e justificativa contábil nas perdas naturais.
Faturamento Diário	Analizar volume médio e sazonalidade.	Fundamental para apuração de tributos e planejamento de fluxo de caixa.
Giro de Estoques	Verificar eficiência no reabastecimento.	Interfere no custo dos produtos vendidos e nos relatórios gerenciais.

CAPÍTULO 4 — TRIBUTAÇÃO SOBRE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E DERIVADOS

TRIBUTAÇÃO FEDERAL — PIS, COFINS E CIDE

A tributação federal incidente sobre combustíveis e lubrificantes possui natureza monofásica. Isso significa que o recolhimento do PIS/PASEP e da COFINS ocorre de forma concentrada nas refinarias e importadores, desonerando as etapas seguintes da cadeia (distribuição e revenda). Essa sistemática é regulamentada pela Lei nº 9.718/1998 e pela Lei nº 10.336/2001.

Além dessas contribuições, incide a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), instituída pela Lei nº 10.336/2001, que tem por finalidade financiar projetos de infraestrutura de transportes e subsídios à importação de combustíveis. Os valores de alíquota variam conforme o produto, conforme demonstrado na tabela a seguir:

PRODUTO	PIS (%)	COFINS (%)	CIDE (R\$/L)
Gasolina A	1,18	5,44	0,10
Etanol Anidro	0,12	0,52	0,00
Diesel S-10	0,10	0,46	0,05
GLP (Gás de Cozinha)	0,00	0,00	0,00
Lubrificantes	0,65	3,00	0,00

TRIBUTAÇÃO ESTADUAL — ICMS, ICMS-ST E FECP

No Estado de São Paulo, o principal tributo incidente sobre combustíveis e derivados é o ICMS, cuja apuração ocorre, em regra, por substituição tributária (ICMS-ST). Nesse regime, o imposto é recolhido antecipadamente pelas distribuidoras, com base em um preço de referência fixado pela SEFAZ-SP, denominado PMPF (Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final).

Além do ICMS-ST, São Paulo aplica o FECP (Fundo de Combate à Pobreza), adicional de até 2% sobre as operações. A tabela a seguir apresenta as alíquotas médias praticadas no estado:

PRODUTO	ICMS (%)	FECP (%)
Gasolina Comum	13,3	2,0
Etanol Hidratado	12,0	2,0
Diesel S-10	12,0	2,0
GLP	12,0	2,0
Lubrificantes	18,0	2,0

COMPARATIVO DE REGIMES TRIBUTÁRIOS — MONOFÁSICO X COMUM

A tabela a seguir apresenta uma análise comparativa entre o regime monofásico e o regime comum, demonstrando o impacto tributário e contábil sobre as operações de revenda de combustíveis e lubrificantes:

ASPECTO	REGIME MONOFÁSICO	REGIME COMUM
Incidência	Tributo concentrado na refinaria/importador.	Tributo apurado em todas as etapas da cadeia.
Crédito de PIS/COFINS	Vedado para o revendedor.	Permitido conforme regime de apuração.
Complexidade de Controle	Baixa — recolhimento antecipado.	Alta — exige apuração mensal detalhada.
Risco Fiscal	Reduzido, pela centralização da cobrança.	Maior, pela multiplicidade de etapas.

CONCLUSÃO TÉCNICA

A gestão tributária no setor de combustíveis requer acompanhamento contínuo da legislação e dos convênios ICMS publicados pelo CONFAZ. A correta apuração e escrituração dos tributos, aliada ao uso de sistemas integrados e à atuação proativa do contador, são fundamentais para garantir conformidade e competitividade no setor.

O profissional contábil deve atuar de forma estratégica, analisando a margem líquida após tributos e orientando o empresário quanto à melhor estrutura de enquadramento fiscal e operacional, evitando autuações e otimizando resultados.

CAPÍTULO 5 — TRIBUTAÇÃO SOBRE FILTROS, LAVAGEM, TROCA DE ÓLEO E CONVENIÊNCIA

TRIBUTAÇÃO SOBRE SERVIÇOS AUTOMOTIVOS — LAVAGEM E TROCA DE ÓLEO

Os serviços de lavagem, lubrificação e troca de óleo são considerados prestações de serviços e, portanto, estão sujeitos ao ISS (Imposto Sobre Serviços) municipal, conforme a Lei Complementar nº 116/2003. A alíquota aplicável varia conforme o município, situando-se geralmente entre 2% e 5% sobre o faturamento bruto.

Essas atividades devem ser segregadas das receitas de venda de mercadorias, pois o ISS incide sobre a prestação de serviço, enquanto o ICMS incide sobre a circulação de bens. A

contabilidade deve refletir essa distinção para fins de apuração correta de tributos e cumprimento das obrigações acessórias.

EXEMPLO DE ALÍQUOTAS DE ISS EM MUNICÍPIOS PAULISTAS

MUNICÍPIO	ALÍQUOTA ISS (%)
Marília	3,0
Bauru	2,5
Campinas	3,0
São Paulo	2,0
Ribeirão Preto	2,5

TRIBUTAÇÃO SOBRE MERCADORIAS — FILTROS, LUBRIFICANTES E CONVENIÊNCIA

As receitas provenientes da venda de filtros, lubrificantes, aditivos e produtos da loja de conveniência estão sujeitas ao ICMS, conforme a legislação estadual. A correta identificação do CFOP e do CST é essencial para evitar recolhimentos indevidos. O ICMS é calculado sobre o valor da venda, podendo haver substituição tributária (ICMS-ST) quando o imposto é recolhido antecipadamente pelo fornecedor.

Além do ICMS, há incidência de PIS e COFINS, geralmente sob regime cumulativo no Lucro Presumido ou não cumulativo no Lucro Real. No Simples Nacional, essas contribuições estão embutidas no DAS.

EXEMPLO DE ALÍQUOTAS — PRODUTOS DE CONVENIÊNCIA E OFICINA

PRODUTO	ICMS (%)	PIS/COFINS (%)
Filtro de Óleo	18	3,65
Lubrificante Sintético	18	3,65
Refrigerante	12	3,65
Cigarros	27	0,00 (Monofásico)
Aditivo Automotivo	18	3,65

COMPARATIVO — SIMPLES NACIONAL X LUCRO PRESUMIDO

A escolha do regime tributário impacta diretamente a carga fiscal total e a lucratividade do posto. No Simples Nacional, a tributação é unificada e proporcional à receita bruta anual. Já no Lucro Presumido, há incidência separada de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ISS e ICMS, conforme as atividades desempenhadas.

A seguir, uma comparação prática das cargas tributárias médias para diferentes tipos de atividade:

ATIVIDADE	SIMPLES NACIONAL (%)	LUCRO PRESUMIDO (%)	OBSERVAÇÕES
Lavagem de Veículos	6,0 a 8,5	11,33	ISS incluso no Simples; Lucro Presumido com IR/CSLL separados.
Troca de Óleo	6,0 a 8,5	13,33	Incidência de ISS + ICMS em produtos utilizados.
Venda de Filtros e Lubrificantes	6,0 a 8,5	13,33	Sujeito à ST no ICMS.
Loja de Conveniência	8,0 a 11,0	14,0	Alta rotatividade; maior carga tributária no Lucro Presumido.

CONCLUSÃO TÉCNICA E RECOMENDAÇÕES

As atividades acessórias do posto de combustíveis, lavagem, troca de óleo e conveniência, exigem gestão fiscal integrada. A correta segregação das receitas, o controle de notas fiscais e a conciliação contábil entre serviços e mercadorias são essenciais para garantir conformidade tributária e otimizar a carga fiscal.

Recomenda-se a revisão periódica do enquadramento tributário e o acompanhamento das legislações municipais e estaduais, com suporte técnico-contábil especializado.

CAPÍTULO 6 — SIMPLES NACIONAL: ENQUADRAMENTO, CÁLCULOS E LIMITAÇÕES LEGAIS

CRITÉRIOS DE ENQUADRAMENTO

O Simples Nacional é um regime tributário simplificado voltado a micro e pequenas empresas com receita bruta anual de até R\$ 4,8 milhões, conforme a Lei Complementar nº 123/2006. O regime permite o recolhimento unificado de tributos federais, estaduais e municipais por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Para o setor de combustíveis, é fundamental observar as restrições legais: atividades com incidência monofásica de PIS/COFINS não podem incluir essas receitas na base de cálculo do DAS. Além disso, operações de revenda de combustíveis devem ser segregadas das receitas de loja de conveniência e serviços automotivos.

CÁLCULO DA ALÍQUOTA EFETIVA E COMPOSIÇÃO DO DAS

O cálculo do Simples Nacional é progressivo, com alíquotas variando conforme a faixa de receita bruta acumulada nos últimos 12 meses. O percentual efetivo é obtido pela fórmula:

$$\text{Alíquota Efetiva} = [(RBT12 \times \text{Alíquota Nominal}) - \text{Parcela a Deduzir}] \div RBT12$$

A seguir, apresenta-se a tabela atualizada de faixas e alíquotas para o Anexo I (comércio), aplicável a lojas de conveniência, e o Anexo III (serviços), aplicável a lavagem e troca de óleo:

ANEXO I — COMÉRCIO (CONVENIÊNCIA E REVENDA DE PRODUTOS)

FAIXA DE RECEITA (R\$)	ALÍQUOTA NOMINAL (%)	PARCELA A DEDUZIR (R\$)	ALÍQUOTA EFETIVA MÉDIA (%)
Até 180.000	4,0	0	4,0
180.000 a 360.000	7,3	5.940	6,0
360.000 a 720.000	9,5	13.860	7,6
720.000 a 1.800.000	10,7	22.500	9,5
1.800.000 a 3.600.000	14,3	87.300	11,8
3.600.000 a 4.800.000	19,0	378.000	14,5

ANEXO III — SERVIÇOS (LAVAGEM E TROCA DE ÓLEO)

FAIXA DE RECEITA (R\$)	ALÍQUOTA NOMINAL (%)	PARCELA A DEDUZIR (R\$)	ALÍQUOTA EFETIVA MÉDIA (%)
Até 180.000	6,0	0	6,0
180.000 a 360.000	11,2	9.360	8,6
360.000 a 720.000	13,5	17.640	10,0
720.000 a 1.800.000	16,0	35.640	11,6
1.800.000 a 3.600.000	21,0	125.640	14,0
3.600.000 a 4.800.000	33,0	648.000	17,0

COMPARATIVO COM OUTROS REGIMES TRIBUTÁRIOS

O Simples Nacional tende a ser mais vantajoso para empresas com faturamento menor e margens reduzidas. À medida que o faturamento cresce, o Lucro Presumido pode se tornar mais competitivo. O comparativo a seguir ilustra as diferenças médias de carga tributária:

COMPARATIVO DE CARGA TRIBUTÁRIA MÉDIA

REGIME	CARGA TRIBUTÁRIA MÉDIA (%)	APLICABILIDADE
Simples Nacional	6,0 a 17,0	Empresas com faturamento até R\$ 4,8 milhões
Lucro Presumido	11,33 a 13,33	Empresas com margens médias e receita até R\$ 78 milhões
Lucro Real	15,0 a 34,0	Empresas com alta margem ou exigência fiscal complexa

LIMITAÇÕES E CUIDADOS NO SETOR DE COMBUSTÍVEIS

Postos de combustíveis devem observar que receitas de revenda de gasolina, etanol e diesel, sujeitas ao regime monofásico de PIS/COFINS, não podem ser tributadas pelo Simples Nacional. Apenas as receitas de lojas de conveniência e serviços automotivos podem ser incluídas no DAS.

A contabilidade deve realizar a segregação correta das receitas e apurações, sob pena de exclusão do regime e autuações fiscais. Além disso, é necessário manter controles rigorosos de estoque, notas fiscais e arquivos digitais (SPED e EFD-Contribuições).

CAPÍTULO 7 — LUCRO PRESUMIDO: ESTRUTURA DE APURAÇÃO E PARTICULARIDADES SETORIAIS

INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

O regime de **Lucro Presumido** é uma forma simplificada de apuração de tributos federais (IRPJ e CSLL), regulamentado pela **Lei nº 9.249/1995** e pela **Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017**. É destinado a empresas com faturamento anual de até **R\$ 78 milhões**, permitindo a determinação do lucro tributável com base em **percentuais de presunção** sobre a receita bruta.

Para **postos de combustíveis**, o Lucro Presumido é frequentemente adotado em função da praticidade operacional, desde que as margens e custos estejam dentro dos limites aceitáveis.

PERCENTUAIS DE PRESUNÇÃO

ATIVIDADE	IRPJ (%)	CSLL (%)
Revenda de combustíveis	1,6	12
Comércio e conveniência	8	12
Serviços (lavagem, troca de óleo)	32	32

Esses percentuais incidem sobre o faturamento bruto mensal, gerando a **base de cálculo presumida** para IRPJ e CSLL.

CÁLCULO PRÁTICO — FATURAMENTO MENSAL DE R\$ 100.000,00

ITEM	BASE (%)	VALOR BASE (R\$)	ALÍQUOTA	TRIBUTO (R\$)
IRPJ	8%	8.000,00	15%	1.200,00
CSLL	12%	12.000,00	9%	1.080,00
PIS	—	100.000,00	0,65%	650,00
COFINS	—	100.000,00	3%	3.000,00
Total Mensal de Tributos	—	—	—	R\$ 5.930,00

CÁLCULO ANUAL (R\$ 1.200.000,00 DE RECEITA)

TRIBUTO	BASE ANUAL (R\$)	PERCENTUAL EFETIVO	VALOR ANUAL (R\$)
IRPJ	96.000,00	1,5%	18.000,00
CSLL	144.000,00	1,2%	13.000,00
PIS/COFINS	1.200.000,00	3,65%	43.800,00
Carga Total Efetiva	—	6,1%	74.800,00

COMPARATIVO COM O SIMPLES NACIONAL

Regime	Receita Anual (R\$)	Carga Tributária (%)	Tributos Totais (R\$)	Vantagem
Simples Nacional (Anexo I e III)	1.200.000	9,0	108.000	Lucro Presumido mais vantajoso
Lucro Presumido	1.200.000	6,1	74.800	—

O **Lucro Presumido** tende a ser mais vantajoso para empresas com margens médias e controles fiscais adequados, especialmente quando o faturamento se aproxima do limite superior do Simples.

LIMITAÇÕES E CUIDADOS

- O regime exige **contabilidade regular**, com DRE e balancetes mensais.
- Obrigações acessórias incluem **SPED ECD, ECF e DCTF**.
- A **não segregação correta das receitas** pode gerar autuações.
- Receitas de **combustíveis monofásicos (PIS/COFINS)** não podem ser incluídas na base presumida.

ANÁLISE TÉCNICA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

“O Lucro Presumido pode ser extremamente eficiente para postos de combustíveis que mantêm margens estáveis e custos controlados.

A correta segregação de receitas e o acompanhamento contábil mensal são fundamentais para evitar desenquadramentos e garantir segurança fiscal.”

CAPÍTULO 8 — LUCRO REAL: APURAÇÃO COMPLETA E CONTROLE DE CUSTOS

INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

O **Lucro Real** é o regime tributário que reflete o **resultado contábil efetivo da empresa**, ajustado conforme as adições, exclusões e compensações previstas na legislação fiscal. Sua aplicação é **obrigatória para empresas com faturamento superior a R\$ 78 milhões/ano** ou que exerçam atividades específicas (como instituições financeiras), mas também pode ser **adotado por opção estratégica**, quando a margem de lucro real é inferior às presunções fixas do Lucro Presumido.

A base legal é estabelecida pela **Lei nº 9.718/1998**, **Lei nº 9.249/1995** e **Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017**.

MÉTODO DE APURAÇÃO (LALUR E LACS)

A apuração do Lucro Real é feita com base no **Lucro Contábil ajustado**, através dos seguintes controles:

- **LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real)**: registra as **adições, exclusões e compensações** de valores não dedutíveis ou diferidos.
- **LACS (Livro de Apuração da CSLL)**: segue a mesma sistemática, porém voltado à base de cálculo da CSLL.

Exemplo de Ajuste Fiscal:

Lucro Contábil: R\$ 18.000

(+) Despesas não dedutíveis: R\$ 2.000

(-) Receitas não tributáveis: R\$ 1.000

(=) **Lucro Real Ajustado: R\$ 19.000**

CÁLCULO PRÁTICO — SIMULAÇÃO REAL (R\$ 100.000/MÊS)

ITEM	FÓRMULA	VALOR BASE (R\$)	ALÍQUOTA (%)	TRIBUTO (R\$)
IRPJ	(Lucro Contábil x 15%) + Adicional 10% s/ excedente de R\$ 20.000	18.000	15	2.700
CSLL	Lucro Contábil x 9%	18.000	9	1.620
PIS	Receita x 1,65%	100.000	1,65	1.650
COFINS	Receita x 7,6%	100.000	7,6	7.600
Total de Tributos Mensais	—	—	—	13.570,00

Carga Efetiva:

$$(13.570 \div 100.000) \times 100 = 13,6\%$$

CONTROLE DE CUSTOS E ESTOQUES

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO
Receita Bruta	—	R\$ 100.000,00
Custos Operacionais	—	R\$ 82.000,00
Lucro Bruto	Receita – Custos	R\$ 18.000,00
Margem Bruta	(Lucro Bruto ÷ Receita) x 100	18%
Ponto de Equilíbrio	Custos ÷ Receita	85%
Custo Operacional por Litro	Custos ÷ 40.000 litros	R\$ 2,05/L

Esses indicadores permitem **avaliar a eficiência operacional** e identificar se o preço de venda cobre adequadamente os custos fixos e variáveis.

O controle de estoque é essencial para conciliar o **SPED Fiscal, EFD-Contribuições e LALUR**, evitando inconsistências fiscais.

COMPARATIVO ENTRE REGIMES TRIBUTÁRIOS

REGIME	RECEITA MENSAL (R\$)	CARGA EFETIVA (%)	TRIBUTOS (R\$)	LUCRO LÍQUIDO (R\$)
Lucro Real	100.000	13,6	13.570	4.430
Lucro Presumido	100.000	6,0	5.930	12.070
Simples Nacional	100.000	9,0	9.000	9.000

Interpretação Técnica:

O Lucro Real tende a ser **menos vantajoso em margens altas**, mas **mais eficiente** quando o negócio opera com margens reduzidas ou custos elevados, pois a tributação incide sobre o lucro efetivo.

PAINEL DE INDICADORES CONTÁBEIS

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO
Margem Líquida	(Lucro Líquido ÷ Receita) x 100	4,4%
Margem Bruta	(Lucro Bruto ÷ Receita) x 100	18%
Carga Tributária Efetiva	(Tributos ÷ Receita) x 100	13,6%
Ponto de Equilíbrio	Custos ÷ Receita	85%
Custo Operacional por Litro	Custos ÷ Volume	R\$ 2,05/L

Esses indicadores fornecem **base gerencial sólida** para tomada de decisões e análise de rentabilidade setorial.

CONCLUSÃO TÉCNICA

O **Lucro Real** é o regime mais preciso para empresas de **médio e grande porte do setor de combustíveis**, pois reflete o resultado real e permite o **planejamento tributário preventivo**. Sua adoção exige **contabilidade completa e integrada**, controle de custos, conciliações fiscais e monitoramento contínuo do fluxo de caixa.

“No ambiente competitivo dos postos de combustíveis, o domínio técnico da contabilidade e o uso estratégico dos indicadores é o que diferencia o empresário preventivo do empresário reativo.”

CAPÍTULO 9 — LUCRO REAL ESTIMADO: ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PREVENTIVO

CONCEITO E BASE LEGAL

O Lucro Real Estimado (LRE) é uma modalidade de apuração mensal do IRPJ e da CSLL baseada em estimativas de resultado. O regime é disciplinado pela Lei nº 9.430/1996 e pela Instrução Normativa RFB 1.700/2017. A empresa calcula mensalmente o imposto com base em percentuais fixos aplicados sobre a receita bruta, podendo ajustar o valor no encerramento do trimestre ou do exercício. Essa sistemática é útil para empresas com receitas sazonais ou margens voláteis, pois possibilita melhor planejamento de fluxo de caixa e controle preventivo da carga tributária.

FORMAS DE APURAÇÃO

1. Estimativa com base na receita mensal, aplica-se o percentual fixo (por atividade) sobre o faturamento de cada mês.
2. Balanço ou Balancete de Redução/Suspensão, se a empresa comprovar lucro real inferior à estimativa, pode reduzir ou suspender o pagamento do IRPJ/CSLL, apresentando balancete contábil mensal devidamente registrado.

PERCENTUAIS DE ESTIMATIVA — SETOR DE COMBUSTÍVEIS

ATIVIDADE	BASE IRPJ (%)	BASE CSLL (%)
Revenda de combustíveis	1,6	12,0
Conveniência (mercadorias)	8,0	12,0
Serviços (lavagem, troca de óleo, filtros)	32,0	32,0

EXEMPLO PRÁTICO — POSTO DE COMBUSTÍVEL (RECEITA MENSAL R\$ 100.000,00)

Premissas: 70% combustíveis, 20% conveniência e 10% serviços.

ATIVIDADE	RECEITA (R\$)	BASE IRPJ (%)	BASE IRPJ (R\$)	BASE CSLL (%)	BASE CSLL (R\$)
Combustíveis	70.000	1,6	1.120	12	8.400
Conveniência	20.000	8,0	1.600	12	2.400
Serviços	10.000	32,0	3.200	32	3.200
Total	100.000		5.920		14.000

CÁLCULO DOS TRIBUTOS (IRPJ E CSLL)

TRIBUTO	BASE (R\$)	ALÍQUOTA (%)	VALOR (R\$)
IRPJ	5.920	15	888
IRPJ adicional	—	—	0
CSLL	14.000	9	1.260
Total IRPJ + CSLL	—	—	2.148

Carga efetiva = $(2.148 \div 100.000) \times 100 = 2,15\%$.

AJUSTE NO ENCERRAMENTO

Ao final do exercício, a empresa apura o Lucro Real Contábil e compara com os valores pagos por estimativa. Se o valor estimado foi superior ao devido, o excedente é compensável; se foi inferior, deve-se complementar o pagamento. Esse processo permite acomodar oscilações de margem e receita ao longo do ano, evitando desembolsos desnecessários.

BALANCETE DE REDUÇÃO OU SUSPENSÃO

O balancete mensal de redução/suspensão permite ajustar o pagamento mensal do IRPJ/CSLL conforme o desempenho real. Condições: contabilidade atualizada, demonstração do resultado e base de cálculo real, e documentação disponível à fiscalização. Vantagem: reduz o imposto mensal e melhora o fluxo de caixa.

CONCLUSÃO TÉCNICA

O Lucro Real Estimado é ideal para postos com margens estreitas, sazonalidade e alto custo operacional. Sua eficácia depende de integração contábil e gestão baseada em dados. Planejar tributos é planejar resultados: um posto que domina seus números domina o seu futuro.

CAPÍTULO 10 — ICMS E SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA: ASPECTOS TÉCNICOS EM SÃO PAULO

ENQUADRAMENTO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é o principal tributo estadual incidente sobre as operações de combustíveis. No Estado de São Paulo, as regras estão previstas no Regulamento do ICMS (RICMS/SP) e em legislações complementares da Secretaria da Fazenda e Planejamento (SEFAZ/SP). O modelo de substituição tributária (ST) é amplamente aplicado ao setor de combustíveis, onde o imposto é recolhido antecipadamente pela refinaria ou distribuidora, transferindo a responsabilidade tributária do revendedor final.

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA — CONCEITO E APLICAÇÃO

A Substituição Tributária (ST) tem como objetivo antecipar a arrecadação e simplificar a fiscalização. No caso dos postos de combustíveis, a refinaria (ou distribuidora) recolhe o ICMS devido por toda a cadeia de comercialização, calculado sobre o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF).

EXEMPLO PRÁTICO DE FLUXO TRIBUTÁRIO

ETAPA	CONTRIBUINTE	ICMS PRÓPRIO	ICMS-ST	OBSERVAÇÃO
1	Refinaria/Distribuidora	Sim	Sim (antecipado)	Recolhe ICMS da cadeia
2	Posto Revendedor	Não	Não (já recolhido)	Vende com ICMS-ST incluso
3	Consumidor Final	—	—	Encargo embutido no preço final

FÓRMULA DE CÁLCULO DO ICMS-ST

$$\text{ICMS-ST} = [(\text{Base de Cálculo} \times \text{Alíquota Interna}) - \text{ICMS Próprio}]$$

Exemplo:

Preço de aquisição: R\$ 4,50

MVA Ajustada: 30%

Alíquota ICMS: 13,3%

$$\text{Base ST} = 4,50 \times 1,30 = 5,85$$

$$\text{ICMS-ST} = (5,85 \times 13,3\%) - (4,50 \times 13,3\%) = \text{R\$ } 0,18 \text{ por litro.}$$

DOCUMENTAÇÃO FISCAL E CÓDIGOS ESSENCIAIS

CFOP — Código Fiscal de Operações e Prestações

CST/CSOSN — Situação Tributária de ICMS.

OPERAÇÃO	CFOP	DESCRIÇÃO
Compra p/ revenda (ICMS-ST)	1.403 / 2.403	Entrada com substituição tributária
Venda ao consumidor (ST)	5.405 / 6.405	Saída com ICMS-ST inclusivo
Tipo de Operação	CST	Descrição
Tributado com ICMS-ST	060	ICMS cobrado anteriormente
Operação ST combustíveis	500	Monofásico — regime especial

PMPF — PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL

O PMPF é o valor de referência utilizado pela SEFAZ-SP para apuração do ICMS-ST, atualizado quinzenalmente.

Produto	PMPF Médio SP (R\$)	Alíquota (%)	ICMS Embutido (R\$)
Gasolina C	5,90	13,3	0,79
Etanol Hidratado	3,90	13,3	0,52
Diesel S10	5,40	13,3	0,72

O posto deve monitorar periodicamente os Atos COTEPE publicados pela SEFAZ-SP para manter a correta aplicação do PMPF.

CHECKLIST DE CONFORMIDADE FISCAL

ITEM DE VERIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
PMPF atualizado conforme último Ato COTEPE	<input checked="" type="checkbox"/>	Verificar quinzenalmente
CFOP e CST compatíveis com produto	<input checked="" type="checkbox"/>	Conferir notas de entrada/saída
XML das NF-e arquivado e validado	<input checked="" type="checkbox"/>	Backup mensal
Conciliação estoque físico x fiscal		Revisar mensalmente
SPED Fiscal entregue e validado	<input checked="" type="checkbox"/>	Acompanhar recibo SEFAZ

CONCLUSÃO TÉCNICA

O ICMS-ST, embora simplifique a arrecadação, exige atenção contábil rigorosa. Pequenas divergências entre CFOP, CST, PMPF e estoque físico podem gerar glosas e autuações. O controle fiscal de um posto de combustíveis começa na nota de entrada e termina no tanque medido. A escrituração correta é o elo entre gestão e conformidade.

CAPÍTULO 11 — PIS/COFINS MONOFÁSICO: IMPACTOS NOS COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

ENQUADRAMENTO E BASE LEGAL

O regime monofásico de PIS/COFINS foi instituído para determinados setores, como o de combustíveis, com o objetivo de concentrar a tributação em um único elo da cadeia, geralmente na refinaria ou distribuidora. A base normativa encontra-se na Lei nº 9.718/1998, Lei nº 10.147/2000 e na Instrução Normativa RFB nº 2.121/2022. Para os postos revendedores, o regime implica na não incidência do PIS/COFINS sobre as vendas de combustíveis, já que o tributo foi recolhido antecipadamente pela indústria.

REGIME MONOFÁSICO — CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

ASPECTO	DESCRIÇÃO	EFEITO PARA O POSTO
Incidência	Tributo cobrado na origem (refinaria/distribuidora)	Sem débito de PIS/COFINS nas vendas de combustíveis
Crédito	Vedado para produtos monofásicos	Não há direito a crédito sobre aquisição de combustíveis
Recolhimento	Realizado pela refinaria/distribuidora	Posto revendedor não recolhe
Abrangência	Combustíveis, GLP, lubrificantes	Deve ser segregado das demais receitas

TRATAMENTO TRIBUTÁRIO POR PRODUTO

PRODUTO	REGIME	CRÉDITO PARA O POSTO	OBSERVAÇÃO
Gasolina, Diesel, Etanol	Monofásico	Vedado	Tributado na origem
GLP	Monofásico	Vedado	Sem crédito
Lubrificantes	Monofásico ou Cumulativo	Eventual	Depende do NCM e da operação
Produtos de conveniência	Cumulativo ou Não Cumulativo	Possível	A depender do regime tributário do posto

SEGREGAÇÃO DAS RECEITAS

É essencial que as receitas sejam segregadas corretamente no sistema contábil e fiscal:

- Receitas Monofásicas: combustíveis, GLP, lubrificantes tributados na origem.
- Receitas Não Monofásicas: loja de conveniência, serviços (lavagem, troca de óleo, filtros etc.).

A EFD-Contribuições deve refletir essa segregação com o correto preenchimento dos CST (01, 02, 06, 08 ou 09) e o detalhamento das bases de cálculo correspondentes.

EXEMPLO COMPARATIVO — CARGA EFETIVA ENTRE REGIMES

SEGMENTO	REGIME	BASE (R\$)	ALÍQUOTA (%)	CARGA EFETIVA (R\$)
Combustíveis (monofásico)	Concentrado na origem	100.000	—	0 (no posto)
Lubrificantes (cumulativo)	Cumulativo	20.000	3,65	730
Conveniência (não cumulativo)	Lucro Real	10.000	9,25	925

CHECKLIST DE CONFORMIDADE FISCAL

ITEM	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
CST de PIS/COFINS corretamente parametrizados	✓	Revisar mensalmente no ERP
EFD-Contribuições entregue	✓	Com CST e bases segregadas
NCM e CEST revisados	⚠	Verificar especialmente lubrificantes
Segregação monofásico x não monofásico	✓	Obrigatória

CONCLUSÃO TÉCNICA

O regime monofásico simplifica o recolhimento e reduz a complexidade operacional, porém exige parametrização correta e conferência constante das obrigações acessórias. A ausência de créditos e a obrigatoriedade de segregar receitas tornam o controle contábil essencial. Empresas com loja de conveniência ou prestação de serviços devem manter contabilidade detalhada e EFD-Contribuições coerente, evitando glosas e autuações fiscais.

Uma gestão contábil bem estruturada transforma o PIS/COFINS monofásico em vantagem competitiva, reduzindo riscos e maximizando resultados.

CAPÍTULO 12 — CONTROLE DE ESTOQUE, SPED FISCAL E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE ESTOQUE

O controle de estoque em postos de combustíveis é uma das principais rotinas de governança fiscal e contábil. A precisão nas medições, a conciliação entre estoque físico e fiscal e a rastreabilidade das movimentações são exigências legais e fiscais. A ANP estabelece limites máximos de perdas (até 0,6%) e obriga o acompanhamento diário do volume armazenado, recebido e vendido.

RASTREABILIDADE E CONTROLE OPERACIONAL

Cada tanque deve possuir registro individualizado de entrada, saída e saldo. Os boletins de medição devem conter data, hora, produto, volume aferido e responsável técnico. Abaixo, tabela com limites referenciais:

PRODUTO	PERDA MÁXIMA (%)	FONTE REGULADORA
Gasolina C	0,6%	Resolução ANP nº 9/2007
Etanol Hidratado	0,6%	Resolução ANP nº 9/2007
Diesel S10	0,6%	Resolução ANP nº 9/2007

EXEMPLO PRÁTICO — CONCILIAÇÃO DE ESTOQUE

DESCRÍÇÃO	LITROS	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Estoque inicial	40.000	4,50	180.000
Entradas (NF-e)	60.000	4,60	276.000
Saídas (bombas)	99.500	4,80	477.600
Estoque físico final	500	—	—
Perda apurada	0,5%	—	Dentro do limite

INTEGRAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL (SPED)

O SPED Fiscal (EFD-ICMS/IPI) e a EFD-Contribuições devem refletir fielmente o controle físico de estoque. A integração entre ERP, medidores volumétricos e contabilidade evita divergências e glosas fiscais. A escrituração contábil precisa representar a movimentação real de combustíveis, lubrificantes e produtos de conveniência.

PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

OBRIGAÇÃO	PERIODICIDADE	CONTEÚDO-CHAVE
EFD-ICMS/IPI (SPED Fiscal)	Mensal	Entradas, saídas e estoque
EFD-Contribuições	Mensal	PIS/COFINS e CST segregados
ECF	Anual	Apuração IRPJ e CSLL
ECD	Anual	Escrituração Contábil Digital
GIA/SP	Mensal	Informações complementares ICMS
SINTEGRA	Eventual	Movimentação interestadual

CHECKLIST DE CONFORMIDADE FISCAL

ITEM DE VERIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
XML de NF-e arquivados	✓	Backup mensal obrigatório
CFOP e CST corretos	✓	Revisar integração ERP
Estoque físico x SPED conciliado	⚠	Verificar variações > 0,6%
EFD entregue e validada	✓	Monitorar recibo SEFAZ
Relatórios de perdas assinados	✓	Arquivar mensalmente

CONTROLES GERENCIAIS SUGERIDOS

Os relatórios contábeis e fiscais devem conter indicadores-chave de desempenho:

- Margem bruta por produto (gasolina, etanol, diesel, conveniência)
- Controle de perdas volumétricas
- Painel de ponto de equilíbrio de perdas (PEP)

Fórmula:

$$\text{PEP} = (\text{Perdas Reais} \div \text{Volume Total Vendido}) \times 100$$

Exemplo: $(500 \div 100.000) \times 100 = 0,5\%$ — dentro do limite permitido.

CONCLUSÃO TÉCNICA

O controle de estoque é o reflexo da governança fiscal e contábil. Quando os números físicos e fiscais se alinham, a empresa alcança conformidade, eficiência e segurança operacional. O contador exerce papel estratégico ao garantir a rastreabilidade das informações e a correta escrituração digital.

"A contabilidade é a consciência numérica da gestão — quando ela fala, o empresário enxerga o resultado real." Laudo Antonio Dias Vilela

CAPÍTULO 13 — TABELAS COMPARATIVAS DOS REGIMES TRIBUTÁRIOS: CASOS PRÁTICOS E SIMULAÇÕES

INTRODUÇÃO

A escolha do regime tributário é uma das decisões mais estratégicas para a sustentabilidade de um posto de combustíveis. Através de comparativos técnicos, é possível identificar o impacto dos tributos sobre o faturamento, margem e resultado líquido. A contabilidade gerencial é a principal ferramenta para essa análise e deve ser utilizada de forma preventiva e estratégica.

PREMISSAS UTILIZADAS NAS SIMULAÇÕES

DESCRÍÇÃO	VALOR / CONDIÇÃO
Receita Mensal Média	R\$ 1.200.000,00
Margem Bruta	12%
Despesas Operacionais	8% da Receita
Localização	Estado de São Paulo
Regimes Avaliados	Simples Nacional, Lucro Presumido, Lucro Real

COMPARATIVO GERAL DOS REGIMES

REGIME	BASE DE CÁLCULO	CARGA TRIBUTÁRIA (%)	TRIBUTOS TOTAIS (R\$)	LUCRO LÍQUIDO (%)
Simples Nacional	Receita Total	10,20	122.400	1,80
Lucro Presumido	8% + 12% (presunções)	13,50	162.000	2,10
Lucro Real	Resultado contábil ajustado	11,80	141.600	2,50

DISTRIBUIÇÃO POR TRIBUTO (CARGA MÉDIA EM SP)

TRIBUTO	SIMPLES NACIONAL (%)	LUCRO PRESUMIDO (%)	LUCRO REAL (%)
IRPJ	—	1,20	1,25
CSLL	—	1,08	1,20
PIS	0,50	0,65	1,65
COFINS	2,20	3,00	7,60
ICMS-ST (antecipado)	7,50	7,50	7,50
Carga Total Efetiva	10,20	13,43	11,80

EXEMPLO PRÁTICO — CÁLCULO DE LUCRO LÍQUIDO

REGIME	RECEITA (R\$)	TRIBUTOS (R\$)	DESPESAS (R\$)	LUCRO LÍQUIDO (R\$)
Simples Nacional	1.200.000	122.400	96.000	21.600
Lucro Presumido	1.200.000	162.000	96.000	14.400
Lucro Real	1.200.000	141.600	96.000	28.400

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

O Lucro Real mostra-se mais vantajoso em empresas com margens reduzidas e custos operacionais mais altos, permitindo deduções legítimas e planejamento fiscal mais preciso. O Simples Nacional, embora simplifique o recolhimento, pode ser mais oneroso para grandes volumes de faturamento. Já o Lucro Presumido é vantajoso em margens altas, mas não permite dedução de despesas reais.

CHECKLIST DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

ITEM	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Regime tributário analisado anualmente		Revisar no início de cada exercício
DRE ajustada e revisada		Base para simulação realista
Avaliação de margem e despesas fixas		Necessária para IRPJ/CSLL realistas
Simulação de PIS/COFINS monofásico		Evita dupla tributação

CONCLUSÃO TÉCNICA

A escolha do regime tributário ideal é uma decisão técnica e estratégica. Empresas que revisam seu enquadramento e simulam cenários tributários reduzem custos e aumentam a eficiência operacional. O contador exerce papel central nesse processo, sendo o responsável por traduzir números em decisões empresariais sólidas.

“A escolha certa do regime não é apenas uma obrigação fiscal, mas um ato de inteligência empresarial.” — Laudo Antonio Dias Vilela

CAPÍTULO 14 — POR QUE ALGUNS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS FECHAM E OUTROS PROSPERAM

"A prosperidade nasce da soma entre gestão, propósito e disciplina."

1. INTRODUÇÃO — GESTÃO, PROPÓSITO E SUSTENTABILIDADE

O setor de combustíveis é um dos mais fiscalizados, competitivos e sensíveis da economia brasileira. Não basta vender bem: é necessário **gerir com precisão, planejar estrategicamente e ter uma contabilidade atuante**.

A prosperidade de um posto de combustíveis depende de três pilares fundamentais:

- **Gestão contábil eficiente**, com escrituração e relatórios atualizados;
- **Administração financeira disciplinada**, com controle de custos e margens;
- **Visão estratégica de longo prazo**, baseada em informação e compliance.

2. PRINCIPAIS CAUSAS DE FECHAMENTO DE POSTOS

FATOR	DESCRIÇÃO TÉCNICA	IMPACTO
Falta de Planejamento Tributário	Escolha incorreta do regime fiscal e ausência de acompanhamento contábil.	Aumento da carga tributária e autuações.
Gestão de Estoque Deficiente	Divergência entre estoque físico e fiscal, sem reconciliação SPED.	Glosas fiscais e perdas financeiras.
Margem Operacional Inadequada	Venda com markup abaixo do ponto de equilíbrio.	Erosão do capital de giro.
Falta de Compliance e Governança	Ausência de relatórios contábeis, controles internos e segregação de funções.	Perda de credibilidade e risco fiscal.

FATOR	DESCRIÇÃO TÉCNICA	IMPACTO
Endividamento Mal Gerido	Reinvestimentos sem análise de viabilidade.	Comprometimento de caixa e insolvência.

3. POR QUE ALGUNS PROSPERAM

PILAR DE GESTÃO	ESTRATÉGIA ADOTADA	RESULTADO
Controle Contábil Integrado	Escrituração diária e conciliação automática.	Decisões rápidas e assertivas.
Planejamento Tributário Preventivo	Simulações e revisões de regime mensalmente.	Redução de tributos e segurança fiscal.
Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional	Treinamento e meritocracia.	Retenção de talentos e menor turnover.
Gestão de Custos e Margens	DRE Gerencial e indicadores de margem.	Lucro previsível e sustentável.
Parcerias Estratégicas	Consultorias especializadas e fornecedores sólidos.	Aumento da competitividade e da governança.

4. O PAPEL DO CONTADOR NA PROSPERIDADE DO NEGÓCIO

“O contador é o tradutor dos números e o guardião da saúde financeira.”

O contador moderno atua como **parceiro estratégico** do empresário, e não apenas como prestador de serviço fiscal.

Seu papel inclui:

- Projeções de cenários tributários;
- Diagnósticos financeiros e alertas preventivos;
- Simulações de lucro líquido e otimização de caixa;

- Acompanhamento do compliance fiscal e das obrigações acessórias.

A **contabilidade consultiva** é a linha divisória entre empresas que sobrevivem e aquelas que prosperam.

5. EXEMPLO PRÁTICO — SOBREVIVÊNCIA X PROSPERIDADE

INDICADOR	POSTO A (SEM GESTÃO)	POSTO B (COM GESTÃO)
Margem Bruta (%)	8,5	12,0
Carga Tributária Efetiva (%)	14,2	11,3
Lucro Líquido (%)	0,5	2,8
Controle de Estoque	Manual	Automatizado e integrado
Posição de Caixa	Negativa	Positiva e controlada
Resultado Final	Instável	Sustentável e em crescimento

Análise:

O Posto B evidencia o efeito direto da **gestão contábil e do controle de margens**, apresentando lucro líquido três vezes maior. A contabilidade, quando bem utilizada, é **um instrumento de decisão**, não apenas uma obrigação.

6. CONCLUSÃO TÉCNICA

“Empresas não quebram por vender pouco, mas por gerir mal o que vendem.”

O sucesso de um posto de combustíveis é o reflexo de uma **contabilidade viva, uma gestão disciplinada e uma liderança que acredita na informação como ativo estratégico**. A prosperidade nasce da combinação entre **conhecimento contábil, planejamento e atitude gerencial**.

Laudo Antonio Dias Vilela

Contador • Consultor Empresarial • Escritor

@laudovilela | Vilela & Cesario Contadores Associados

CAPÍTULO 15 — CONCLUSÃO: BOAS PRÁTICAS, SUSTENTABILIDADE E COMPLIANCE

1. INTRODUÇÃO — O ENCERRAMENTO DE UM CICLO DE CONHECIMENTO

Chegar à conclusão deste e-book é compreender que **gerir um posto de combustíveis é muito mais do que administrar litros vendidos** — é equilibrar números, pessoas, tributos e valores. A **contabilidade** é o centro desse equilíbrio, o elo entre gestão e resultado.

2. BOAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS

PRÁTICA	APLICAÇÃO NO POSTO	RESULTADO ESPERADO
DRE Gerencial Mensal	Monitorar lucro líquido e margem real.	Decisão rápida e preventiva.
Conciliação de Estoque Física x Fiscal	Evitar divergências e autuações.	Transparência e conformidade.
Planejamento Tributário Anual	Simulações de regime e revisões de enquadramento.	Redução de carga fiscal.
Gestão de Custos e Despesas Fixas	Avaliar ponto de equilíbrio e precificação.	Controle de rentabilidade.
Gestão de Pessoas e Treinamentos	Capacitação e liderança técnica.	Produtividade e menor turnover.

3. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O posto de combustíveis moderno deve atuar com **responsabilidade ambiental, social e ética**.

Boas práticas incluem:

- Controle de resíduos e descarte de óleo conforme normas da CETESB;
- Programas de conscientização ambiental com colaboradores;
- Apoio a instituições locais e projetos comunitários;
- Transparência fiscal e contábil como base da reputação.

“Empresas sustentáveis não apenas resistem às crises — elas evoluem com elas.”

4. COMPLIANCE E GOVERNANÇA CORPORATIVA

O compliance fiscal é um **pilar indispensável de sobrevivência**.

Empresas que adotam políticas de conformidade:

- Evitam autuações e reduzem riscos tributários;
- Garante integridade nas operações financeiras;
- Fortalecem a imagem institucional perante clientes e fornecedores.

Implementar governança contábil é adotar controles internos sólidos, com segregação de funções, auditorias periódicas e relatórios gerenciais que traduzam a **realidade do negócio em linguagem estratégica**.

5. O PAPEL DO CONTADOR COMO GUARDIÃO DO RESULTADO

“A contabilidade é o idioma da prosperidade empresarial.”

O contador é o **principal elo entre o passado e o futuro financeiro da empresa**.

Sua atuação vai muito além do cumprimento de prazos: ele interpreta tendências, orienta decisões e antecipa riscos.

Um bom contador não apenas apura tributos — **ele protege o patrimônio e impulsiona o crescimento.**

6. CONCLUSÃO FINAL — A GESTÃO COMO CAMINHO PARA A PERMANÊNCIA

A trajetória de um posto de combustíveis que prospera é marcada por **informação, disciplina e propósito.**

Gestores e contadores que compreendem que **lucro é consequência da gestão**, constroem negócios sólidos e duradouros.

“Empresas que valorizam a contabilidade constroem o futuro com segurança, ética e inteligência.”

Laudo Antonio Dias Vilela

Contador • Consultor Empresarial • Escritor

@laudovilela | Vilela & Cesario Contadores Associados